

# Diário do Legislativo de 21/02/2006

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ORDENS DO DIA

#### 1.1 - Plenário

#### 1.2 - Mesa da Assembléia

#### 1.3 - Comissões

### 2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 2.1 - Comissão

### 3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 3ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 21/2/2006

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.748/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 019/2005, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Domingos Costa Indústrias Alimentícias S.A., com destinação ao Estado do Rio de Janeiro.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.749/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 018/2005, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Domingos Costa Indústrias Alimentícias S.A., com destinação ao Estado de São Paulo.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.837/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.285/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.499/2005, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arcos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/2/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 21/2/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.827/2005, do Deputado Ermano Batista.

Requerimentos nºs 5.871/2005, do Deputado Jésus Lima; 5.904/2005, do Deputado Laudelino Augusto; 5.919 e 5.920 a 5.922/2005, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão Especial do Cooperativismo, a realizar-se às 14h30min do dia 21/2/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 21/2/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.132/2005, do Deputado Domingos Sávio; 2.334/2005, do Deputado George Hilton; 2.342/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.397/2005, do Deputado Jésus Lima; 2.533/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria; 2.661/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.778/2005, da Deputada Lúcia Pacífico; 2.801/2005, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 2.810/2005, do Deputado João Leite; 2.887/2005, do Deputado Antônio Andrade.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.324/2005, do Deputado Ricardo Duarte.

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.740/2004, do Deputado Neider Moreira; 2.641/2005, do Deputado Laudelino Augusto; 2.695/2005, do Deputado Gustavo Corrêa; 2.710/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.721/2005, da Comissão de Participação Popular; 2.819/2005, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.844/2005, do Deputado João Leite; 2.845/2005, da Deputada Maria Olívia; 2.848/2005, do Deputado Sebastião Helvécio; 2.858/2005, do Deputado Gustavo Valadares; 2.864/2005, do Deputado Rogério Correia; 2.865/2005, do Deputado Sebastião Costa; 2.867/2005, do Deputado Zé Maia; 2.874/2005, do Deputado Gustavo Corrêa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 21/2/2006

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.596/2004, do Deputado Doutor Ronaldo; 2.336/2005, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.612/2005, do Deputado Carlos Pimenta; 2.650/2005, do Deputado Arlen Santiago; 2.736/2005, do Deputado Antônio Andrade.

Requerimento nº 5.941/2005, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 22/2/2006

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.798/2005, do Deputado Dimas Fabiano.

Requerimentos nºs 5.882, 5.883, 5.884 e 5.885/2005, da Comissão de Participação Popular; 5.894/2005, do Deputado Fahim Sawan; 5.895 e 5.897/2005, do Deputado Gustavo Corrêa; e 5.942/2005, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre Vetos às Proposições de Lei nºs 16.810, 16.814 e 16.870

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Carlos Gomes, Dimas Fabiano e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/2/2006, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar os relatores.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2006.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.827/2005

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Ermano Batista, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep -, com sede no Município de Sabinópolis.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A instituição em causa tem como objetivo maior a integração das lideranças comunitárias da região de Sabinópolis, a fim de estabelecer junto aos órgãos policiais políticas de apoio operacional e educativo que contribuirão para a manutenção da segurança pública e o bem-estar social. Atua também na preservação ambiental, quando sua demanda necessita de intervenção policial.

Promove palestras, seminários, em que são debatidos programas de informação e divulgação de ações de autodefesa para a coletividade, e campanhas educacionais sobre segurança pública. Auxilia na avaliação de desempenho das forças policiais locais, recebendo críticas e sugestões que visam a melhoria dos serviços prestados. Estimula parcerias e firma convênios para treinamento e capacitação profissional dos policiais que atuam na sua área.

Essas atividades são complementadas pelo esforço de defender o cumprimento do estatuto da criança e do adolescente e a humanização da missão policial.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.827/2005 em turno único.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2006.

Leonardo Moreira, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 15/2/2006

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Deputado Fábio Avelar, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores da Casa, telespectadores de Minas Gerais que nos acompanham pela TV Assembléia, na retomada dos trabalhos da plenária ordinária da Assembléia Legislativa, inicialmente, em nome do Bloco PT-PCdoB, gostaria de cumprimentar todos os colegas, Deputados e Deputadas, desejando a todos um ano de 2006 de muito trabalho. Assim como fizemos em 2005, de maneira harmoniosa e efetiva, sem necessidade de qualquer tipo de convocação extraordinária em recesso parlamentar, defendendo os cofres públicos. Também, do ponto de vista do Bloco PT-PCdoB, anuncio o que seria para nós uma agenda legislativa prioritária para o primeiro semestre. Membros da imprensa nos perguntam se neste ano teremos uma paralisação nos trabalhos do Poder Legislativo em razão das eleições. Digo, com convicção e com a certeza de que esta é uma opinião compartilhada pelo conjunto dos Deputados e Deputadas desta Casa, que não podemos e não devemos ter este posicionamento de pouca eficiência legislativa por se tratar de ano eleitoral. Pelo contrário, neste início de semestre, temos que construir uma forte agenda de trabalho. Assuntos, matérias e prioridades do interesse de Minas Gerais é que não faltam. Algumas pendências ficaram do ano de 2005 por ausência de acordo político ou por se tratarem de matérias que exigiam debate mais aprofundado e que são importantes para serem retomadas.

Aproveito a oportunidade para cobrar do Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, que o governo estadual encaminhe as tabelas salariais que faltam. Temos tabelas salariais para votar, da Advocacia-Geral e da área fazendária, concluindo o importante trabalho realizado pela Assembléia para valorizar os servidores estaduais.

Temos o debate fundamental e importante para a valorização da Defensoria Pública em Minas. O Defensor Público no Estado, que atende o cidadão mais pobre, precisa de uma remuneração justa, digna. No final do ano, acordamos que esse debate seria retomado. Há matérias polêmicas, relativas à fixação de subsídios do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, com a perspectiva do encaminhamento do projeto de divisão judiciária.

Ainda no primeiro semestre, temos a obrigação de votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO -, que orienta a peça orçamentária para o ano de 2007, quem sabe sob a égide de um novo governo estadual. É responsabilidade da atual legislatura apontar a LDO para 2007.

Além disso, há inúmeros projetos de Deputados e Deputadas a serem apreciados. A Assembléia não pode se render à agenda do Poder Executivo. Deputados e Deputadas de todos os partidos têm importantes projetos de lei, muitos conclusos, que ainda não chegaram à discussão em Plenário. Em nome do Bloco PT-PCdoB, cobramos maior incorporação de projetos de Deputados e Deputadas. Eu, por exemplo, tenho um projeto aprovado em 1º turno - espero que também o seja em 2º turno -, que estabelece o serviço social na rede pública estadual de educação, para incorporar as políticas públicas de proteção social com as de educação e de transferência de renda.

Além das matérias legislativas, temos propostas para as comissões. Há proposições para discutirmos de maneira descentralizada sobre mecanismos de participação popular nas Câmaras Municipais. Eu, a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado Miguel Martini apresentamos requerimento na Comissão de Participação Popular, que foi aprovado, e há o compromisso assumido pelo Presidente da Assembléia de fazermos debates descentralizados, para que as Câmaras Municipais, inclusive a de Belo Horizonte, instituam comissões de participação popular, parlamento jovem e outros mecanismos de participação da sociedade.

Em várias comissões de participação popular - a Deputada Elisa Costa, por exemplo, na Comissão do Trabalho -, aprovamos o prosseguimento do debate descentralizado do Sistema Único da Assistência Social em Minas Gerais. Temos que fazer esse debate no primeiro semestre. No ano passado, aprovamos, com participação ativa da Bancada do Bloco PT-PCdoB, a lei que organiza o sistema de segurança alimentar e nutricional sustentável. Agora, temos o desafio de implantá-lo em Minas e em outros Estados brasileiros. Temos também o desafio de acompanhar a execução orçamentária dos chamados projetos estruturadores. Em curtíssimo prazo, é preciso analisar vetos.

Dessa forma, chamo a atenção dos Deputados e Deputadas para dois vetos. Um deles se refere ao projeto do Deputado Gustavo Valadares. Fico à vontade, pois se trata de um companheiro, um amigo do PFL.

Trata-se de um projeto interessante, que beneficia e estimula o biodiesel em Minas Gerais com a isenção do ICMS para a comercialização e produção do biodiesel com o selo Combustível Social, ou seja, o biodiesel originário da agricultura familiar.

O Presidente Lula - diga-se de passagem - está recebendo uma avaliação crescente, que muito nos orgulha e que é resultado do importante trabalho realizado pelo seu governo. Ele tem visitado freqüentemente Minas Gerais. Hoje o Norte de Minas agradece ao Presidente Lula a apresentação dos programas sociais, as cozinhas comunitárias, o Programa do Leite, o Bolsa-Família, o ProUni e tantas outras iniciativas em curso no nosso Estado. Aliás, o Norte de Minas acolherá a usina de biodiesel, que terá unidades descentralizadas no Jequitinhonha e em outras cidades, como Araçuaí, Pirapora e Januária.

Não basta apenas o governo federal fazer a sua parte, pois o biodiesel é um combustível limpo, uma energia limpa do presente e do futuro que auxilia o agricultor familiar, principalmente do semi-árido, onde há boa resistência das várias oleaginosas destinadas à produção do biodiesel.

O Bloco PT-PCdoB votará favoravelmente à derrubada do veto ao projeto do Deputado Gustavo Valadares, do PFL, porque se trata de um projeto que reforça a linha de trabalho social e de respeito ambiental, que o Presidente Lula vem realizando em Minas Gerais e no País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, neste semestre, temos a obrigação de manter o funcionamento regular e sistemático dos trabalhos, como fizemos em 2005. E mais: votar também nesta Casa a matéria votada no Congresso Nacional referente ao recesso parlamentar.

Logicamente, temos de ter cuidado, pois muitas vezes as pessoas confundem ausência de reuniões ordinárias com férias. Como diz meu amigo e companheiro Virgílio Guimarães, Deputado que confunde recesso parlamentar com férias é ex-Deputado. No período de ausência de reuniões ordinárias, os Deputados realizam trabalho nas bases, no interior, fazem visitas e estudos, o que não justifica, formalmente, um período tão longo de recesso. Aliás, o funcionamento das reuniões ordinárias às terças, quartas e quintas-feiras permite aos Deputados e às Deputadas fazerem o trabalho de base.

Acredito que o correto seria aplicar o mesmo critério do trabalhador celetista ou da iniciativa privada aos Deputados: 25 dias úteis ou 30 dias corridos alternados ao longo de meses, principalmente em janeiro e um pouco em julho. Esse deveria ser o critério, ou seja, aproximar a Assembléia Legislativa das regras vigentes para o trabalhador brasileiro.

Logicamente esta é uma Casa de consenso. Esse é um assunto que o Presidente da Assembléia, muito empenhado nessa adequação, conduzirá bem. Tem de haver consenso por parte do Colégio de Líderes, e todos trataremos o assunto com muita maturidade e agilidade. A Assembléia mineira, que tem dado exemplo de participação popular, com muito rigor no seu trabalho legislativo, poderá rapidamente fazer essa adequação.

Em 2005, esta Assembléia, felizmente, fez sua obrigação e não precisou ser convocada extraordinariamente no período de recesso parlamentar, deixando de onerar os cofres públicos. Portanto, é hora de a Assembléia eliminar a possibilidade de convocações no recesso parlamentar, assim como fez o Congresso Nacional.

O Bloco PT-PCdoB coloca também de maneira clara que não abrirá mão, a despeito desse necessário trabalho legislativo, do nosso trabalho de defesa política do governo Lula e de identificar e apontar omissões do governo estadual, principalmente no campo social.

Quando olhamos para o Brasil, para os milhões e bilhões de investimentos do governo federal na área social, também sentimos a lacuna de uma contrapartida maior do governo estadual nas políticas públicas sociais. Infelizmente, não houve em Minas o choque social, aquela inversão de prioridades, aquele investimento social nas regiões que mais precisam, a complementação do trabalho social que também o Presidente Lula, auxiliado pelo competente Ministro Patrus, tem feito, e que nosso amigo e companheiro Fernando Pimentel faz em Belo Horizonte, como Prefeito de nossa Capital, levando-o a ser reconhecido internacionalmente como o melhor Prefeito da América Latina.

Portanto, queremos que, em Minas, o Governador faça o que o Prefeito Pimentel faz em Belo Horizonte, o que o Ministro Patrus tem feito em todo o Brasil e também em Minas, porque só o Ministério do Desenvolvimento Social transfere R\$1.700.000.000,00 para Minas Gerais, e o que o Presidente Lula tem feito também em nosso país, reconhecidamente hoje um governo aprovado pela maioria da população. Os desafios são muitos, mas tenho certeza de que a Assembléia, como fez em 2005, fará mais uma vez o seu papel com muito diálogo, harmonia e entendimento entre os partidos que compõem esta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado - Boa-tarde a todas e a todos. Ontem tive a felicidade de receber um exemplar do jornal "Tribuna da Imprensa" em que havia uma matéria que achei muito interessante, com o Presidente do Superior Tribunal de Justiça - STJ -, Ministro Edson Vidigal, que disse que a Justiça em nosso país, infelizmente, é só para pobre. Acho que o Presidente do STJ tem razão.

A matéria diz: "O Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal, disse sexta-feira, em entrevista a uma emissora de rádio de Manaus e repetida ontem, que a Justiça brasileira é apenas para pobres, prostitutas e 'gays'. Questionado pelo entrevistador do porquê de a Justiça no Brasil 'só existir para pobres', Vidigal foi taxativo: 'Concordo plenamente: é a justiça do PPV, para pobre, puta e veado. São as pessoas mais discriminadas na sociedade, as minorias, isso acontece porque essas pessoas não têm defensores. Os ricos, os mais endinheirados, que têm advogados, não vão para a cadeia'".

Pura verdade. Vemos a Defensoria Pública - conversei, aliás, com alguns Defensores hoje - à míngua, em péssimas condições de trabalho, faltando material, xerox, impressora, computadores, questões básicas. O Defensor Público é o advogado do povo.

Em outra matéria confirmamos isso. Foi publicada no "Estado de Minas" a absolvição do segurança: "Condenado injustamente a 23 anos de prisão, Wagno Lúcio deixou ontem a Penitenciária Nelson Hungria, por decisão unânime do Tribunal de Justiça". Esse trabalhador ficou oito anos na cadeia, perdeu sua família, não viu seus filhos crescerem, por uma decisão equivocada do Poder Judiciário.

Quereria parabenizar o ex-Ministro Nilmário Miranda, que teve papel decisivo no processo, acreditando na inocência do Sr. Wagno Lúcio e junto com seus advogados, conseguiu provar a verdade: tudo foi armado por um desafeto do inocente, o verdadeiro responsável pelo crime de homicídio.

Pergunto: o que ocorrerá com o Juiz que condenou esse cidadão? Durante os oito anos em que esse cidadão ficou atrás das grades, o Juiz dormiu tranqüilo? O que ocorrerá com o Promotor de Justiça que o acusou? E com o Delegado que fez o inquérito policial?

Apresentaremos requerimento nesta Casa solicitando uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. Apresentaremos também uma representação na Corregedoria do Poder Judiciário contra o Juiz, o Promotor e o Delegado responsáveis por cometer essa injustiça, deixando um pai de família na cadeia por oito anos.

Se não fosse o Nilmário Miranda, que acreditou em sua inocência e "correu atrás", esse cidadão teria ficado 23 anos preso. Agora, o Presidente do STJ, Edson Vidigal, reconhece que a Justiça é para os pobres. Queríamos lamentar e cobrar do governo do Estado maior estrutura para a Defensoria Pública e, nesta Casa, aprovar regras claras, para que não corram em segredo de justiça as denúncias na Corregedoria em relação ao Poder Judiciário. Corre em segredo de justiça quando se trata de parlamentar? Não, mas, em relação ao Judiciário, não sabemos do resultado da investigação da Corregedoria. Isso é um absurdo. Cabe a nós, parlamentares, fazer modificações profundas no que se refere a alguns aspectos do Poder Judiciário. No entanto, temos de louvar, principalmente, a "moçada nova" que chegou ao Ministério Público, Promotores e Juízes, muito competentes. Temos de "tirar o chapéu" para eles.

Muitas vezes, infelizmente, o poder público municipal fica atrelado à Polícia Militar e ao Poder Judiciário, principalmente no interior. Quem paga o aluguel, a estrutura, os funcionários da Justiça Eleitoral é o poder público municipal. A Justiça Eleitoral possui pouquíssimos funcionários no Estado. Quem banca tudo isso - aluguel, funcionários, combustível, veículo, energia elétrica - é o poder público municipal. Quem paga a manutenção das viaturas é a Prefeitura. Então, às vezes, a Polícia Militar fica atrelada diretamente ao poder público municipal - sendo de responsabilidade do Estado -, não tem autonomia e independência e faz as vontades do Prefeito. Isso tem de acabar em nosso país. Temos de ter coragem de colocar o dedo na ferida e tocar nesses pontos. Esse é o nosso papel. Não podemos furtar-nos à nossa responsabilidade.

Outro ponto que gostaria de tratar é que a população da Região Metropolitana, especificamente a de Belo Horizonte, foi surpreendida no apagar das luzes do dia 31/12/2005, com o aumento do preço da passagem dos ônibus. Como o aumento não foi divulgado antecipadamente, muitas pessoas não ficaram sabendo e não tiveram dinheiro para pagar suas passagens. Na minha avaliação, esse aumento foi muito maldoso. Querida também manifestar a nossa indignação em relação ao DER, que aumentou em 12% o valor da passagem do transporte intermunicipal, ou seja, adotou um índice bem acima do inflacionário, da mesma forma que a Prefeitura. Não se justifica uma tarifa tão cara como essa em Belo Horizonte. Aliás, está sendo divulgado que, no segundo trecho, o cidadão pagará meia tarifa. Ocorre que, como pode ser comprovado pelos jornais, há um bilhete único em todas as cidades do País, como em Uberlândia, em Goiânia e no Rio de Janeiro. Em Belém, a passagem custa R\$1,30 e é bilhete único: o cidadão roda até 60km. E, em Belo Horizonte, no segundo trecho, terá de pagar meia tarifa, ou seja, uma tarifa e meia. Queremos lançar uma campanha a favor do bilhete único em Belo Horizonte. Para isso, é muito importante o engajamento dos estudantes, dos trabalhadores e da sociedade mineira, especialmente a de Belo Horizonte.

Trata-se de pagar uma única tarifa, e não uma tarifa e meia. Nesse caso, em Belo Horizonte, seria o bilhete único. Além disso, é preciso garantir ao estudante o direito ao meio passe. Tenho aqui o jornal "O Fluminense" de ontem, segundo o qual, no Rio de Janeiro, já foram distribuídos cartões de passe livre para mais de 200 mil estudantes. Tenho aqui também um jornal de Brasília em que se lê: "Roriz dá passe livre a estudantes carentes". Então, em Brasília, houve mais uma luta e uma conquista dos estudantes.

Enquanto isso, em Belo Horizonte, os estudantes nem sequer têm direito à meia passagem, ao meio passe. Isso é um absurdo. Solidarizo-me com o Deputado Biel Rocha, com quem conversava há pouco sobre a situação dos estudantes de Juiz de Fora. A tarifa aumentou, mas os estudantes, de forma democrática, estão saindo às ruas, pressionando, lutando pelos seus direitos. Não concordamos com o vandalismo, entendemos que o movimento tem de ser organizado, tem de partir de uma ação consciente das pessoas; no entanto, esse movimento é mais do que justo. Hoje um grande número de estudantes deixa a escola porque não tem dinheiro para pagar o transporte escolar. Eles precisam caminhar muitos quilômetros para chegar à escola mais próxima.

Já assisti várias vezes a notícias veiculadas por todas as emissoras de TV. Na semana retrasada, no Programa Globo Minas, pudemos assistir a crianças caminhando 5km ou 6km para chegar à escola. Muitas têm de parar de estudar, a exemplo dos alunos do ensino noturno, que se deparam com grandes dificuldades, principalmente em razão do crescimento das cidades. Há muitos anos, sucessivos governos do Estado não constroem escolas. Por isso, muitas vezes, só há vagas no centro da cidade. Ou seja, não há escolas perto da casa do estudante, e ele não tem como se deslocar de sua casa até a escola mais próxima, por causa da distância. Nesse caso, os estudantes ficam sem estudar. Esse problema envolve não só o Ensino Médio, mas também o Ensino Fundamental.

No jornal, vemos a publicação oficial do governo do Estado: "Nenhuma criança fora da escola. Vaga garantida." Ora, onde se tem vaga garantida? Só em Uberlândia, podemos ver centenas de listas de crianças, jovens e adultos que estão na fila de espera porque não encontram vagas nas escolas. E estamos diante dessa propaganda mentirosa do governo do Estado, que afirma não haver nenhuma criança fora da escola por falta de vaga. No entanto, posso trazer as provas, as listas, os nomes e os endereços dos estudantes. E nesse caso, o Sr. Governador terá de "se virar" para encaixar esses estudantes nas escolas. Não podemos aceitar demagogia.

Pode-se até dizer que quer resolver o problema, mas não pode alegar que ele não exista. Aliás, esse é um problema sério, pois o ano letivo já se iniciou, e não há vagas para as crianças. Os recursos repassados pelo governo do Estado para a merenda escolar não chegaram a muitas escolas. As crianças estão sem merenda escolar! No início do nosso mandato, denunciámos que, em 70% das cidades de todas as regiões do Estado, as crianças estavam sem merenda escolar.

Falarei de outra questão que também se refere ao transporte e é fundamental para garantir a permanência dos jovens na escola. Para continuarmos lutando por melhores condições de ensino, apresentamos um projeto de suma importância, que regulamenta os procedimentos para o reajuste da base tarifária para o transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado, para que as pessoas não sejam surpreendidas pela Prefeitura, como aconteceu em Belo Horizonte, e pelo governo do Estado, como aconteceu no DER.

"A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º - Fica o Poder Executivo, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER -, obrigado a dar publicidade e transparência ao processo de alteração da base tarifária para o transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado. Parágrafo único - O disposto no 'caput' deste artigo será cumprido mediante a publicação das planilhas de cálculo para reajuste propostas pelas empresas prestadoras de transporte coletivo intermunicipal e a

convocação e a realização de audiência pública para discutir as propostas de reajuste."

A questão deve ser discutida de forma democrática em audiência pública, como já é feito em vários órgãos em nosso país. Na audiência pública, a população deve discutir e debater, e o DER ficará responsável por convocar o encontro a fim de discutir as propostas de alteração da base tarifária para o transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros mediante edital e cartazes.

O edital de convocação da audiência pública deve ser publicado em pelo menos dois veículos de comunicação de grande circulação do Estado, abrangendo cada região atendida pela linha cuja tarifa pretende reajustar.

Os ônibus e locais de vendas de passagens deverão informar, por meio de cartazes afixados nos veículos, a data, o horário e o local da audiência pública e a proposta percentual do reajuste solicitado pelas empresas prestadoras dos serviços.

O valor das tarifas reajustadas entrará em vigor em 10 dias úteis, após a publicação do decreto em órgão oficial. Nesse período de 10 dias, entre a publicação e a portaria regulamentando a entrada em vigor da nova base tarifária, deverão ser afixados, em ônibus e em locais de venda de passagens, cartazes informando os novos valores.

Essa é uma forma democrática, uma vez que a população tem o direito de saber o novo valor da passagem. Isso evitaria o que tivemos no final do ano passado aqui, em Belo Horizonte. Estou falando do transporte intermunicipal, mas deixo essa sugestão para os Vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte para que apresentem projeto semelhante. Nossa população foi apanhada de surpresa com o aumento nas passagens do transporte em Belo Horizonte - bem acima da inflação do período -, e não houve manifestações nem mobilização dos estudantes nem dos professores, porque estavam em férias.

Então, não houve nenhum comunicado público nem audiência, e, na minha avaliação, o aumento foi dado de forma autoritária, não democrática. Tenho a certeza de que o Prefeito não concorda com esses atos. Deixo aqui a minha solidariedade. O reajuste houve, mas não podemos, de maneira nenhuma, ser coniventes com aumentos abusivos, bem acima dos índices inflacionários.

Citamos o exemplo de Uberlândia, em que recentemente houve um aumento, e o valor da passagem foi para R\$1,90, um dos maiores do Estado. Solicito aos nobres colegas da Casa a aprovação desse projeto tão importante, o qual trata de procedimentos para o reajuste da tarifa do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Edson Rezende\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, cumprimento a todos pelo início do ano legislativo. Voltamos a esta tribuna, neste início de sessão legislativa, para abordar novamente a questão do Ipsemg.

Desde o ano passado, retomando o trabalho da legislatura anterior, temos acompanhado e fiscalizado, consoante nossas atribuições institucionais, os destinos dessa autarquia, que é, indubitavelmente, um dos maiores patrimônios mineiros, mormente do servidor público estadual do Estado de Minas Gerais.

Atuamos, na condição de membro efetivo, na Comissão Especial que se dedicou a analisar a atual situação do Instituto. A partir do trabalho então realizado, temos conseguido, aos poucos, tendo em vista a carência de informações, empreender um diagnóstico adequado da real situação do Ipsemg.

Sobre informações, aliás, vale recordar que estamos, desde setembro do ano passado, portanto há cinco meses, aguardando que a Presidência do Ipsemg e o Secretário de Fazenda nos forneçam informações vitais para o cumprimento de nosso objetivo concernente à fiscalização dessa autarquia. Já solicitamos, por sinal, que a Mesa desta Casa aja, conforme lhe faculta o direito, exigindo, judicialmente se preciso for, respostas a nossos pedidos de informações.

Devemos observar, além disso, que tramita aqui, no Parlamento, um projeto de lei complementar destinado a "perdoar" a dívida do Estado de Minas Gerais com o Ipsemg. Trata-se de uma proposta que viola os interesses da mencionada autarquia, já que ela ficará sem recursos, que, no passado, lhe foram ilegalmente subtraídos. É dinheiro que o trabalhador do setor público estadual pagou, naquela época, para manter seu sistema de pensão e assistência à saúde.

Em 1998, dados do Tribunal de Contas do Estado evidenciavam que havia, somente na condição de "obrigações liquidadas a pagar", um débito de R\$640.000.000,00 do Estado com o Ipsemg, decorrente de contribuições previdenciárias não repassadas. No mesmo parecer, o Tribunal afirma que o Governador Eduardo Azeredo desviou recursos do Ipsemg, dinheiro pago pelo servidor, para financiar outros gastos públicos.

Antes, parecer do TCE sobre as contas de 1996 já apontava a irregularidade no envio do dinheiro do Ipsemg para o caixa único do Estado. Por meio do Processo nº 443.918, quando retirou a matéria do exame das contas governamentais desse exercício, convertendo-a em processo administrativo, entendeu o Tribunal de Contas que as operações realizadas pelos Governadores Hélio Garcia e Azeredo eram irregulares.

Segundo cálculos realizados com base na Lei nº 12.992, de 1998, o valor da dívida, em 1998, seria de R\$919.000.000,00. Estima-se hoje, conforme dados apresentados em juízo pela Auditoria-Geral do Estado, que esses valores estejam em cerca de R\$1.600.000.000,00, valores esses que temos a intenção de averiguar.

Note-se que essa dívida foi, após autorização legislativa, negociada, a fim de que o Estado a saldasse em prazo bastante razoável, 360 meses. Com a Lei Complementar nº 64, que estabeleceu o sistema previdenciário híbrido, Funpemp e Funfip, que hoje temos em Minas e que se encontra "sub judice", porque, como pode ser verificado no "site" do Ministério da Previdência na internet, nosso Estado somente mantém sua regularidade previdenciária à custa de liminares, parte da dívida foi assumida pelo Tesouro. Restaram, então, 40% dessa dívida, o que foi mantido mesmo com a redação dada ao art. 80 da Lei Complementar nº 64 e pela Lei Complementar nº 70, de 2003.

Esses 40% são o resultado do que devia o Estado ao setor saúde, que, antes de 2000, relacionava-se em uma conta única, ou seja, as contas da Previdência e da Saúde eram uma conta única. A partir dessa lei, essas contas dividiram-se entre a conta da Previdência e a conta da Saúde. E por que foram mantidos esses 40% que hoje se quer perdoar? Porque se trata da parte da dívida vinculada à assistência à saúde. Hoje, pretende-se acabar com essa dívida, desconhecendo-se sua finalidade certa.

Ora, caros colegas, não é possível tal engenharia legislativa, salvo se taparmos os nossos olhos tanto para a questão jurídico-financeira envolvida, relativa exatamente à finalidade certa desse recurso - tanto assim que, quando o Tesouro assumiu os 60% previdenciários, nem sequer se cogitou de se fazer o mesmo com os outros 40% -, quanto para as necessidades atuais do Ipsemg.

Sabemos que a situação do Ipsemg não é das melhores. Pelo contrário, o Tribunal de Contas do Estado, a pedido da Comissão Especial,

realizou, no ano passado, uma auditoria operacional sobre o Instituto, produzindo extenso trabalho que certamente será de muita valia para esclarecermos a condição em que se encontra aquela autarquia.

Conhecemos o excelente nível dos técnicos daquela Corte e o trabalho por eles realizado, tanto do ponto de vista de sua metodologia e desenvolvimento, quanto pelos valiosos subsídios que fornecerá para um adequado diagnóstico da situação da citada autarquia, que eventualmente servirá, ouvido o Plenário desta Assembléia, para complementar o relatório final da Comissão Especial que mencionamos.

Já podemos vislumbrar uma situação de deficiência administrativa naquela entidade. Controles frágeis, pessoal insuficiente ou inadequado, ausência de dados consistentes sobre o serviço, procedimentos inexistentes ou defasados, informatização ausente ou precária são alguns dos exemplos de problemas vividos pelo Ipsemg.

Entre tantos aspectos, destacamos a inexistência do número exato de beneficiários da autarquia, bem como a incerteza quanto à efetiva implantação do chamado Cadastro Único do Ipsemg e a ausência de estudos avaliando a situação financeira do setor de saúde do Ipsemg, sobretudo quanto à sobrecarga produzida pela inclusão de maridos e de companheiros no sistema a partir de 2000; aos créditos devidos por Estados e Municípios ou aos custos na área da saúde, por exemplo. Além disso, há a provável inexistência de avaliação atuarial embasando a organização do sistema de saúde; os problemas relativos à política de pessoal; o sistema de informática insuficiente e ineficiente; a ausência de controles em geral e de procedimentos bem determinados para as atividades ordinárias da entidade; a precariedade no atendimento prestado no interior, principalmente esta; a dificuldade para o credenciamento de profissionais e de entidades, especialmente no interior; e o elevadíssimo índice de desistências nas consultas marcadas, entre outros.

Numa avaliação de números, constatamos 25% de desistências das consultas marcadas, Deputado Weliton Prado. Das 200 mil consultas marcadas no ambulatório do Ipsemg, em Belo Horizonte, aproximadamente 50 mil pacientes deixaram de comparecer a elas. Esse elevado custo precisa ser avaliado, e a diretoria do Ipsemg precisa tomar alguma medida.

Ressalto, ainda, que tudo indica que no Ipsemg não há informações fundamentais para a administração da entidade. Como exemplo, observe-se o caso dos requerimentos que aprovamos nesta Casa solicitando informações e que, com o prazo esgotado desde setembro de 2005 até esta data, não foram atendidos.

Saliento, neste particular, a necessidade de examinar-se especificamente a questão do uso do CTI do Hospital Israel Pinheiro, assim como os controles sobre a sua administração. Penso, ainda, que vale a pena realizar um estudo sobre os critérios para a utilização e o custo de cada um dos hospitais conveniados e, principalmente, dos não conveniados, cujo custo é elevadíssimo, chegando-se a duas ou três vezes mais do que o despendido pelo próprio hospital. Quer dizer, com os pacientes atendidos pelos hospitais conveniados, principalmente em casos de emergência pelos não conveniados, o custo chega a três, quatro ou cinco vezes mais, aumentando-se a despesa do próprio Instituto para um atendimento que poderia ser feito no próprio hospital.

Uma primeira análise tem revelado um imenso desperdício de recursos nessa área, que, ao que tudo indica, carece de controle e de regras mais bem definidas.

Percebo também que o Ipsemg não conhece, com exatidão, o perfil de seus beneficiários. Seria conveniente, como instrumento de planejamento e gestão, que se conhecesse o beneficiário em suas especificidades e necessidades. Esse conhecimento, aliás, seria útil para a gestão de recursos humanos realizada pelos demais órgãos e entidades do Estado, em uma interface administrativa que nunca foi devidamente explorada.

Salientamos, enfim, a questão do acordo de resultados firmado entre o Ipsemg e o Estado, já que, no presente caso, a fragilidade verificada na fixação de procedimentos internos nos bancos de informações e dados e nos controles de meios tornam, em princípio, merecedor de cuidados um instrumento jurídico centrado nos resultados, pois é sabido que tais instrumentos de administração gerencial têm maior chance de sucesso quando aplicados em casos nos quais os instrumentos de administração burocrática estão bem sedimentados e são efetivos, o que não é o caso atual do Ipsemg. Por isso, apresentaremos requerimento solicitando cópia do referido instrumento jurídico.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Rapidamente, parabeno-o, Deputado Edson Rezende, pelo brilhante trabalho que realizou na Comissão Especial do Ipsemg. Trata-se de uma atitude fundamental e humana.

Visitei várias regiões do Estado, como Montes Claros, o Sul de Minas, Manhuaçu e o Triângulo. Em todas as cidades, faço questão de reunir-me com os servidores e vejo a indignação do funcionalismo. De todos Estados da Federação, Minas Gerais é o que apresenta os salários mais baixos, não obstante os servidores não terem direito a um atendimento de saúde digno, além de pagarem por isso. Aliás, quando da reforma administrativa, o governo do Estado queria acabar com o atendimento no interior, entretanto o Bloco PT-PCdoB, com muita luta, conseguiu impedi-lo. Infelizmente, o atendimento não é adequado.

Parabeno-o, portanto, por esse estudo e pelo seu empenho, que será de fundamental importância para traçarmos mudanças urgentes no Instituto. Invocamos aqui a sensibilidade do governo, que, até o momento, está omissa. Muito obrigado.

O Deputado Edson Rezende\* - Muito obrigado, Deputado Weliton Prado.

Finalizando, queremos enfatizar, junto aos nobres pares, a necessidade de, neste ano, aprofundarmos o nosso olhar para o Ipsemg, a fim de bem realizarmos a tarefa constitucional do Poder Legislativo e, muito especificamente, contribuirmos para a saúde de uma autarquia indispensável para se alcançar um serviço público estadual sadio. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Cesar - Caro Deputado Fábio Avelar, Presidente desta reunião, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, caros telespectadores da TV Assembléia, durante a 6ª Reunião Gerencial do governo do Estado, realizada no dia 16/12/2005, foram apresentados os principais resultados dos três anos do governo Aécio Neves. Alguns indicadores chamaram minha atenção e por isso faço questão de reproduzi-los aqui, porque considero importante divulgar à sociedade mineira informações sobre o que ocorreu em nosso Estado nestes três anos de governo Aécio Neves.

Devo adiantar, senhores e senhoras, que os resultados apresentados nessa reunião me surpreenderam e me deixaram muito feliz. Entre os indicadores de maior destaque estão os da área social, como o crescimento da taxa de escolaridade, o aumento no atendimento à saúde, a geração de empregos e o combate à criminalidade.

De acordo com o relatório, cerca de 84% das crianças de 5 ou 6 anos estão freqüentando escola em Minas, índice superior à média nacional, de



81%.

No ano de 2005, foram criadas mais 102 mil vagas em escolas do Estado e foram distribuídos 1.800.000 livros didáticos de Português e Matemática para cerca de 900 mil alunos. Esses dados por si sós são suficientes para reconhecer os avanços conquistados em Minas, até porque qualquer que seja o Município, o Estado ou o país que apresente indicadores positivos na área educacional, merece nosso apoio e reconhecimento.

Outros indicadores que chamaram minha atenção se referem aos resultados na área da saúde. Os números apresentados mostram que a mortalidade infantil em Minas caiu consideravelmente nos últimos três anos. O IBGE e o Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad - também apontam que a expectativa de vida dos mineiros atingiu o mesmo nível da Região Sul em 2004, aumentando em 10 anos. O Estado passou da 9ª para a 4ª posição no País.

Outro resultado significativo refere-se ao Programa Farmácia de Minas: 1 bilhão de medicamentos produzidos e distribuídos a 11 milhões de pessoas. Isso equivale a 60% da população mineira. Aqui também é preciso reconhecer o esforço do Governador Aécio Neves e sua equipe, pois, sem dúvida, esse é um programa de enorme alcance social.

Ainda de acordo com o relatório apresentado na reunião, os resultados de outros programas voltados para a saúde também se mostram positivos, como o Pró-Hosp, que promoveu a modernização de 120 hospitais em todo o Estado, a entrega das ambulâncias, das UTIs móveis e das unidades de resgate dentro do programa de renovação de frota, do qual sou testemunha, pois participei pessoalmente da entrega desses veículos em alguns Municípios da minha região, inclusive minha cidade natal, Nova Serrana.

Os investimentos feitos na qualificação de pessoal na área da saúde, a liberação de recursos para a compra de equipamentos, a reforma em postos de saúde e o vultoso investimento que está sendo feito no Hospital João XXIII aqui em Belo Horizonte são outros indicadores positivos que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida do povo mineiro.

Não é meu intuito fazer deste pronunciamento um exercício de retórica, até porque são visíveis e verdadeiros os avanços conquistados nesses três anos de governo. Não por acaso, o governo Aécio Neves é aprovado por mais de 80% da população mineira, de acordo com pesquisas de opinião realizadas recentemente. Este, sim, é o verdadeiro indicador que reflete o real sentimento da população, que aprova ou desaprova uma administração com base em suas realizações, e não em retórica.

Também não há deslumbramento nestas palavras, pois sabemos que muito ainda se deve avançar em todas as áreas, mas fato é que o governo Aécio Neves tem feito uma administração digna de elogios não apenas deste parlamentar, mas de toda a população que, direta ou indiretamente, se tem beneficiado com esses programas.

Ainda de acordo com o relatório, o governo do Estado está investindo 2,7 bilhões de reais no maior programa de saneamento em Minas Gerais. No total, são 12 milhões de pessoas beneficiadas pelo programa, gerando 430 mil empregos. Entre 2001 e 2004, houve aumento de 6% no percentual de domicílios mineiros com atendimento por rede coletora de esgoto. Na Copasa esse índice alcançou 81,6% em 2005.

Quero aproveitar a oportunidade para lembrar que a Copasa é a primeira companhia a ingressar em 2006 no chamado Mercado Novo de Ações, que reúne as empresas que têm como característica básica a adoção do mais alto nível de governança corporativa. Essa foi a razão que levou o Governador Aécio Neves a lançar, no último dia 8, as ações da Copasa na Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa.

Quero aqui ressaltar também as ações de combate à criminalidade promovidas pelo governo do Estado, com destaque para a integração das Polícias Civil e Militar e a criação da 1ª Região Integrada de Segurança Pública de Belo Horizonte. Em relação à segurança pública, gostaria de expressar pessoal gratidão ao Governador Aécio Neves, ao ex-Comandante da PMMG, Cel. Sócrates dos Anjos, e ao Chefe da Polícia Civil, Delegado Otto Teixeira, por atenderem as reivindicações da população de Nova Serrana, já que esse Município foi contemplado no final do ano passado com novas viaturas policiais e equipamentos destinados ao combate à criminalidade.

Pretendia falar sobre outros indicadores apresentados na 6ª Reunião Gerencial do Governo do Estado, mas é de bom tom ser breve e objetivo.

Não poderia, entretanto, terminar este pronunciamento sem antes lembrar que o governo de Minas, através do Pró-Acesso, está investindo R\$700.000.000,00 em asfaltamento de acessos rodoviários para mais de 100 Municípios. Até o momento o programa contabiliza 19 acessos com pavimentação concluída. Quem visita constantemente os pequenos municípios mineiros, enfrentando estradas de terra, sabe da importância dessas obras para a população dessas localidades. Daí o sucesso também do Programa Máquinas para o Desenvolvimento - o Fundomaq -, criado para facilitar, aos Municípios, a compra de ônibus escolares, microônibus, tratores, retroescavadeiras, pás carregadeiras e motoniveladoras, entre outros equipamentos, para assegurar melhor infra-estrutura às cidades.

O primeiro lote de máquinas e equipamentos adquiridos pelo Fundomaq foi entregue no último dia 7 de fevereiro.

Outro problema vivenciado pela população de cerca de 420 Municípios mineiros é a falta de sinal de telefonia celular. Em relação a isso, o Governador Aécio Neves anunciou que levará, ainda este ano, 100% de telefonia aos Municípios de Minas Gerais, uma ação de importância vital para o desenvolvimento econômico e social dessas cidades. Estou certo disso, porque o Governador desafiou seus Secretários para que apresentem projetos que atendam a todos os Municípios e solicitou que as concessionárias de telefonia apresentem planos de tarifas sociais para que o projeto seja viabilizado.

O Deputado Leonídio Bouças (em aparte)\* - Deputado Paulo Cesar, aproveitou o momento para dizer o quanto V. Exa. está sendo feliz em sua explanação. De forma sucinta, está fazendo um quadro sobre as melhorias pelas quais Minas tem passado nos últimos anos. Estou animado com o Estado de Minas Gerais. Animei-me no início desta legislatura. Fui Deputado em outra legislatura e confesso que, neste início de 2006, Minas realmente mudou. Aquilo que pregamos e aquilo em que acreditamos ao apoiar o Governador Aécio no seu compromisso de fazer do Estado o melhor lugar para se viver está-se realizando.

Minas mudou. Minas é um Estado que, como V. Exa. bem explanou, está fazendo grandes investimentos em todas as áreas. Era um Estado que mal conseguia pagar a seus servidores. Lembro-me, nos idos de 1997 e 1998, de quando o 13º salário do servidor público era dividido em seis, sete e em até oito parcelas.

Hoje é um Estado equilibrado, onde se ouve falar de investimentos, que são constatados realmente, em todos os Municípios e em todos os rincões. Por isso, Deputado Paulo Cesar, gostaria de parabenizar V. Exa. Neste dia 15 de fevereiro, na abertura dos trabalhos desta Assembléia Legislativa no ano de 2006, V. Exa. se expressa muito bem e reaviva na memória de todos os mineiros essa nossa vontade, essa nossa crença de continuar fazendo esse esforço e dizer que valeu e vale a pena acreditar que Minas vencerá sempre. Minas estando bem, o Brasil vai bem. Parabéns, Deputado. Estaremos aqui durante os próximos dias comentando sobre essa nova realidade que Minas vive. Faremos, juntos com esta Assembléia, novos momentos e uma Minas mais feliz. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Cesar - Muito obrigado, Deputado Leonídio Bouças.

Senhoras e senhores, este pronunciamento tem a intenção de salientar que Minas avançou, e muito, nesses três anos do governo Aécio Neves. Que os resultados históricos apresentados na 6ª Reunião Gerencial são fruto de uma série de ações governamentais que possibilitaram a recuperação da capacidade de investimento do Estado, como o choque de gestão, o Déficit Zero, o aumento na arrecadação e a atração de empresas para Minas Gerais.

Os indicadores apresentados na 6ª Reunião Gerencial do governo do Estado são a constatação de que a eficiência administrativa é capaz de promover verdadeiras mudanças na estrutura social e econômica do Estado. Por tudo isso, parabênzoo o Governador Aécio Neves, os gerentes dos 31 projetos estruturadores do governo e os Secretários de Estado pelo sucesso obtido até agora, e desejo que as metas definidas para o ano de 2006 também sejam cumpridas. Contem com nosso apoio. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/2/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa

tornando sem efeito os atos publicados no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 18/2/2006, que exoneraram, a partir de 17/2/2006, Edilson Brandão Guimarães Júnior do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas; Gisèle Cristiane Mendes Silva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas; Ione Aparecida Tolentino Silveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas; Lina Fagundes Veloso de Mattos do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas; Márcia Dionízio Moreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas; Márcio Antônio Ferreira Lima do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas; Maria de Lourdes Lopes do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas; Maria Helena Silveira Belisário do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas; Maria Jueliz Soares do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas, e Rejane Santos Froés do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando Fábio de Carvalho Souza do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando Livia Amaral da Silva do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Lélia Margareth Chaves Queiroz para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, e Decisão de Mesa de 18/10/05, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Lázaro Júnior Severo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Superview Comunicação e Marketing Ltda. Objeto: prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Comunicação Institucional da contratante, para a realização de reportagem, locução, produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação, ampliação de objeto e substituição de quantitativos de prestantes. Vigência: 12 meses a partir de 18/2/2006. Dotação orçamentária: 01.031.011.4.011.0001 33903900.